



# CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná



## PARECER JURÍDICO

Assunto:

**Projeto de Lei nº 014/2017, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Jataizinho com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.**

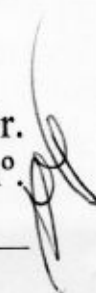
Trata-se de Projeto de Lei, de procedência do Chefe do Poder Executivo Municipal de Jataizinho, o qual pretende autorização Legislativa para efetivar parcelamento de débitos previdenciários do Município para com o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Encaminhado através do Ofício nº 399/17-GAB foi protocolado nesta Casa em data de 18/08/2017, sob o nº 433.

Foi autuado e encaminhado à Presidência para Despacho, em data de 18/08/2017.

Em data de 22/08/2017, o Sr. Presidente encaminhou o projeto em questão ao Departamento Jurídico para emissão de parecer quanto *“aos critérios de admissibilidade (...) bem como da legalidade do parcelamento”*.

Neste íterim, o Sr. Prefeito Municipal, através do Ofício nº. 424/17-GAB, encaminhou cópia de uma Ata referente a uma reunião realizada entre membros do Conselho da Diretoria e do Conselho de Administração e Fiscal do Jataizinho-Prev (RPPS), devidamente protocolado neste Legislativo em data de 28/08/2017.

Em data de 30/08/2017, o Advogado da Câmara Municipal, Dr. Wilson Kaba, emitiu seu parecer quanto ao Projeto de Lei nº. 



# CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná



014/2017, em suma apontando ser necessário constar do corpo do projeto, de forma objetiva, o valor da dívida a ser parcelada, bem como dos valores das parcelas.

Ato contínuo, em data de 31/08/2017, o Sr. Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº. 014/2017 para análise e uma segunda opinião, via parecer jurídico, à esta Assessoria Jurídica da Presidência.

Pois bem, passemos a análise.

Primeiramente, insta salientar que tal parcelamento já fora objeto de um outro Projeto de Lei que tramitou e foi aprovado pelo Legislativo no final exercício de 2016 (nº. 036/2016), que se transformou na Lei Municipal nº. 1077, de 22 de dezembro de 2016.

Ocorre que, o autor do atual projeto pretende aprovar novo parcelamento, revogando-se a Lei Municipal anteriormente aprovada, a fim de regularizar a situação apontada pelo Diretor de Previdência do Jataizinho-Prev, Sr. Marcos Antonio de Oliveira, que informou na reunião realizada no dia 28/08/2017, que na ocasião da aprovação da lei anterior, *“foi concedido prazo de carência de 12 (doze) meses (emenda ao projeto) para início de pagamento das respectivas parcelas a contar da ultima competência parcelada”*, sendo que esta situação *“feriu a portaria nº 402 de 10 de Dezembro de 2008”*, sendo que *“não poderia haver carência e que o início das parcelas teriam que ser pagas no quinto dia útil após a autorização do parcelamento”*.

Além disso, o Prefeito Municipal também esclareceu que se faz necessário esta correção, para se efetivamente iniciar o pagamento do parcelamento a fim obter a regularidade fiscal do Município de Jataizinho com vistas a poder renovar o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, perante o Ministério da



# CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná



Previdência e Assistência Social, o que poderá autorizar a Administração a conseguir a liberação de recursos e convênios Federais.

Em análise à Portaria mencionada no Art. 1º, do Projeto de Lei nº. 014/2017 (Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008, do Ministério da Previdência Social, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento das Leis nº 9.717, de 1998 e nº 10.887, de 204), fica evidente que o parcelamento de dívidas de Municípios com seus regimes próprios é possível, desde observadas suas condições.

No caso em tela, aplica-se o Art. 5º-A, da Portaria nº. 402/2008 do MPS.

O parcelamento é possível desde que:

- a) Haja lei autorizativa específica;
- b) Seja firmado termo de acordo de parcelamento;
- c) Prazo máximo de 200 (duzentas) prestações mensais, iguais e sucessivas;
- d) Sejam relativas a débitos relativos até a competência de março/2017;
- e) Vencimento da primeira prestação no máximo até o último dia útil do mês subsequente ao da assinatura do termo de acordo de parcelamento;
- f) Previsão de medidas e sanções, inclusive multa, para os casos de inadimplemento das prestações ou descumprimento das demais regras do termo de acordo de parcelamento;
- g) Vedação da inclusão das contribuições descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas;
- h) Vedação de inclusão de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias; e



# CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná



- i) Previsão da vinculação do Fundo de Participação dos Estados – FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

O Projeto de Lei contém em seu corpo todas essas previsões, sendo que, no caso, pretende-se parcelar a dívida em 80 (oitenta) parcelas mensais e iguais.

A correção será feita pelo INPC/IBGE, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês mais multa de 2% (dois por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento, tendo sido escolhido o FPM como garantia das prestações.

Como bem exposto pelo nobre colega Dr. Wilson Kaba, Advogado desta Casa, é de suma importância constar o valor da dívida a ser parcelada, com vistas a dar total transparência da operação.

Desde modo, é aconselhável a juntada ao Projeto de Lei da Minuta do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários que será celebrado após a autorização Legislativa, **contendo o valor da dívida até o momento**, e a previsão dos valores das parcelas, bem como dos demais termos essenciais.

Além disso, verifico a necessidade de se questionar ao **Jataizinho-Prev**, sobre seu posicionamento quanto as condições do parcelamento pretendido, se se encontram em consonância com os cálculos atuariais, por tratar-se do futuro de todos os servidores públicos efetivos do Município de Jataizinho, através do encaminhamento de documento que comprove a **deliberação quanto a aceitação do parcelamento**, além da avaliação do Conselho de Administração, prevista no Inciso IV, do Art. 52, da Lei Municipal nº. 643/2002 (Dispõe sobre a organização do





# CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná



Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos, cria o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Jataizinho e dá outras providências), bem como de parecer do Conselho Fiscal, conforme estabelecido no Inciso VI, do Art. 63, da mesma Lei.

Além disso, também é **necessário verificar o posicionamento do órgão de controle, isto é, do Controle Interno Municipal**, através da juntada de parecer quanto aos aspectos que lhe cabem, **bem como do Departamento Contábil da Prefeitura Municipal de Jataizinho**, no sentido de informar, através de parecer, as condições do Município de Jataizinho para arcar com o parcelamento e sua capacidade de pagamento.

Existe um Inquérito Civil aberto na 1ª Promotoria da Comarca de Iporã, sob o nº MPPR-0062.17.000056-6, onde foi representante o Sr. Antonio Brandão de Oliveira Netto, e representado o Município de Jataizinho quanto a dívidas do Município de Jataizinho para com o Regime Próprio, e quanto ao Projeto de Lei nº. 036/2016, que se transformou na Lei Municipal nº. 1077/2016, o qual autorizou o parcelamento anterior. Deste modo, é aconselhável obter informações junto ao Ministério Público no sentido de verificar quanto ao atual estágio da investigação.

Ao fim, a que se tratar do pedido de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº. 014/2017, pelo seu autor, o Prefeito Municipal.

A competência para convocação de reuniões extraordinárias esta disciplinada no Art. 17 e parágrafo único, do RI, senão vejamos:

*“Art. 17. O Presidente é o representante da Câmara nas suas relações externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretiva de todas as atividades internas.*



# CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná



*Parágrafo único. Compete privativamente ao Presidente da Câmara Municipal, além de outras atribuições previstas neste Regimento e na Lei Orgânica do Município:*

*(...)*

***XV - convocar a Câmara extraordinariamente;***” (gn)

O pedido de convocação pode ser feito tanto pelo Prefeito Municipal, como pelo Presidente ou pela maioria absoluta dos vereadores, porém somente o presidente deve convocar:

*“Art. 85. A Câmara poderá ser convocada extraordinariamente para tratar de matéria urgente, ou de interesse público relevante:*

*I - pelo Prefeito Municipal;*

*II - pelo Presidente da Câmara;*

*III - pela maioria absoluta dos Vereadores;*

*(...)*

*§ 2º. A convocação será levada ao conhecimento dos Vereadores pelo*

*Presidente da Câmara, através de comunicado pessoal e escrito, a ainda de Edital afixado no lugar de costume.”*  
(gn)

Já a **urgência** está disciplinada no Art. 118, do RI:

*“Art. 118. O Prefeito Municipal poderá enviar a Câmara projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se assim o solicita, deverão ser apreciados dentro de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do recebimento.*

*§ 1º. A fixação do prazo de urgência será expressa e poderá ser feita depois da remessa do Projeto de Lei, considerando-se a data do recebimento do pedido como termo inicial;*



# CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná



§ 2º. Esgotados esses prazos, o Projeto de Lei será incluído obrigatoriamente na Ordem do Dia, suspendendo-se a deliberação do mesmo;

§ 3º. Os prazos não fluem nos períodos de recesso da câmara Municipal e não se interrompem no período de sessões legislativas extraordinárias;

§ 4º. O prazo previsto neste artigo aplica-se também aos projetos de lei para os quais se exijam aprovação por "quorum" qualificado;

§ 5º. As disposições deste artigo não serão aplicáveis à tramitação dos projetos de lei que tratem de matéria codificada, Lei Orgânica e Estatutos."

Como pudemos ver, o Prefeito pode enviar projetos de lei com prazo de urgência, os quais devem ser analisados no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados do seu recebimento.

O problema da urgência, em nosso Regimento, consiste no fato de que **este é silente quanto as situações que podem ensejar em urgência**, o que não ocorre, por exemplo, na Câmara dos Deputados, onde um projeto pode ser tido como urgente quando:

"Art. 153. A urgência poderá ser requerida quando:

I - tratar-se de matéria que envolva a defesa da sociedade democrática e das liberdades fundamentais;

II - tratar-se de providência para atender a calamidade pública;

III - visar à prorrogação de prazos legais a se findarem, ou à adoção ou alteração de lei para aplicar-se em época certa e próxima;

IV - pretender-se a apreciação da matéria na mesma sessão."

Como se vê, existem situações em que se pode aceitar a urgência, o que não ocorre em nosso Regimento.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná



Vale também lembrar a lição do Ministro do STF, Gilmar Mendes, no

ADI 3.682, Publicado no Diário da Justiça em 06-09-2007, onde trata da questão da urgência da seguinte forma:

*“Assim, questão que ainda está a merecer melhor exame diz respeito à inertia deliberandi (discussão e votação) no âmbito das Casas Legislativas. Enquanto a sanção e o veto estão disciplinados, de forma relativamente precisa, no texto constitucional, inclusive no que concerne a prazos (art. 66), a deliberação não mereceu do constituinte, no tocante a esse aspecto, uma disciplina mais minuciosa. Ressalvada a hipótese de utilização do procedimento abreviado previsto no art. 64, § 1º e § 2º, da Constituição, não se estabeleceram prazos para a apreciação dos projetos de lei. Observe-se que, mesmo nos casos desse procedimento abreviado, não há garantia quanto à aprovação dentro de determinado prazo, uma vez que o modelo de processo legislativo estabelecido pela Constituição não contempla a aprovação por decurso de prazo. Quid juris, então, se os órgãos legislativos não deliberarem dentro de um prazo razoável sobre projeto de lei em tramitação? Ter-se-ia aqui uma omissão passível de vir a ser considerada morosa no processo de controle abstrato da omissão? O STF tem considerado que, desencadeado o processo legislativo, não há que se cogitar de omissão inconstitucional do legislador. Essa orientação há de ser adotada com temperamento. A complexidade de algumas obras legislativas não permite que elas sejam concluídas em prazo exíguo. O próprio constituinte houve por bem excluir do procedimento abreviado os projetos de código (CF, art. 64, § 4º), reconhecendo expressamente que obra dessa envergadura não poderia*





# CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná



*ser realizada de afogadilho. Haverá trabalhos legislativos de igual ou maior complexidade. Não se deve olvidar, outrossim, que as atividades parlamentares são caracterizadas por veementes discussões e difíceis negociações, que decorrem mesmo do processo democrático e do pluralismo político reconhecido e consagrado pela ordem constitucional (art. 1º, caput, I). Orlando Bitar, distinguindo os Poderes, dizia que o Legislativo é intermitente, o Executivo, permanente e o Judiciário só age provocado. Ou seja, o Legislativo pode parar por algum tempo, isto é, entrar em recesso. Essas peculiaridades da atividade parlamentar, que afetam, inexoravelmente, o processo legislativo, não justificam, todavia, uma conduta manifestamente negligente ou desidiosa das Casas Legislativas, conduta esta que pode pôr em risco a própria ordem constitucional. Não tenho dúvida, portanto, em admitir que também a inertia deliberandi das Casas Legislativas pode ser objeto da ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Dessa forma, pode o STF reconhecer a mora do legislador em deliberar sobre a questão, declarando, assim, a inconstitucionalidade da omissão.” (gn)*

Como se vê, mais uma vez, a de se analisar a complexidade da matéria, como forma de se verificar se a esta cabe o procedimento em sede de urgência, pois, tenha a complexidade e grande importância para os destinos de um Regime Próprio, deve haver o debate político dos vereadores no sentido de buscar a melhor solução, sem a pressa que pode prejudicar a melhor negociação.

Desta forma, opino pela oitiva do Plenário da Casa, quanto a aceitação da urgência para análise do Projeto de Lei nº. 014/2017, considerando que o RI é silente quanto as situações que podem ensejar a urgência, uma vez que os casos não previstos no RI



# CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

*Estado do Paraná*



devem ser resolvidos soberanamente pelo Plenário, nos termos do Art. 206.

## CONCLUSÃO:

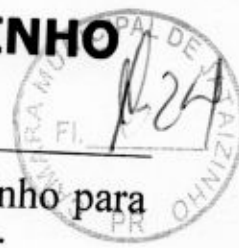
Pelo exposto, esta Assessoria emite parecer para que o Poder Executivo Municipal e dos demais envolvidos junte a estes autos os itens abaixo relacionados, a fim de complementar as informações que se fazem necessários à análise pelos Srs. Vereadores:

- a) Minuta do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários que será celebrado após a autorização Legislativa, contendo o valor da dívida até o momento, e a previsão dos valores das parcelas, bem como dos demais termos essenciais;
- b) o posicionamento do **Jataizinho-Prev**, quanto as condições do parcelamento pretendido, se se encontram em consonância com os cálculos atuariais, por tratar-se do futuro de todos os servidores públicos efetivos do Município de Jataizinho, através do encaminhamento de documento que comprove a deliberação quanto a aceitação do parcelamento, além da avaliação do Conselho de Administração, prevista no Inciso IV, do Art. 52, da Lei Municipal nº. 643/2002 (Dispõe sobre a organização do Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos, cria o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Jataizinho e dá outras providências), e parecer do Conselho Fiscal, conforme estabelecido no Inciso VI, do Art. 63, da mesma Lei;
- c) o posicionamento do **órgão de controle**, isto é, do **Controle Interno Municipal**, através da juntada de parecer quanto aos aspectos que lhe cabem, bem como do **Departamento Contábil da Prefeitura Municipal de Jataizinho**, no sentido de informar,



# CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

Estado do Paraná



através de parecer, as condições do Município de Jataizinho para arcar com o parcelamento e sua capacidade de pagamento;

d) informações sobre o atual estado do processamento do Inquérito Civil aberto na 1ª Promotoria da Comarca de Ibiporã, sob o nº MPPR-0062.17.000056-6;

e) seja informado os valores devidos e pagos a título de aporte e patronal pela Prefeitura Municipal ao Jataizinho-PREV, de janeiro a agosto de 2017, para efeito de comparação;

f) Seja deliberado em Plenário a aceitação da urgência pretendida pelo Executivo Municipal para a análise do Projeto de Lei nº. 014/2017, nos termos do Art. 206, do RI.

É o parecer, s.m.j

Jataizinho, PR, 04 de setembro de 2017.

**JOSÉ AUGUSTO RIBAS VEDAN**

Assessor Jurídico da Presidência / OAB/PR 12531

PROTOCOLO GERAL DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE JATAIZINHO

N.º  
Em 04/09/2017

Sandro de Jesus Fidalis

Dir. Geral  
CPF nº 020.000.000-00